

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 129/2024-PGJ, DE 12.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista a partir de 8.1.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3681/2023-PGJ, de 6.7.2023, que designou a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 126/2024-PGJ, DE 12.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6737/2023-PGJ, de 6.12.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores referente ao mês de janeiro de 2024, de forma que, onde consta:

| PERÍODO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE |
|---|-------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA | | | |
| 7 (0h) a 15.1.2024 (11h59min) | PJ de Batayporã | Felipe Almeida Marques | 99312-6009 (71) 99138-9068 |
| 29.1 (19h01min) a 5.2.2024 (11h59min) | 3ª PJ de Nova Andradina | Murilo Hamati Gonçalves | 99241-5600 |
| REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO | | | |
| 15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min) | 2ª PJ de Paranaíba | Ronaldo Vieira Francisco | 98478-2379 |
| 22 (19h01min) a 29.1.2024 (11h59min) | 1ª PJ de Paranaíba | Juliana Nonato | 98478-2419 |

- passe a constar:

| PERÍODO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE |
|---|-------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA | | | |
| 7 (0h) a 12.1.2024 (11h59min) | PJ de Batayporã | Felipe Almeida Marques | 99312-6009 (71) 99138-9068 |
| 12 (19h01min) a 15.1.2024 (11h59min) | 3ª PJ de Nova Andradina | Murilo Hamati Gonçalves | 99241-5600 |
| 29.1 (19h01min) a 2.2.2024 (11h59min) | 3ª PJ de Nova Andradina | Murilo Hamati Gonçalves | 99241-5600 |
| 2 (19h01min) a 5.2.2024 (11h59min) | PJ de Batayporã | Felipe Almeida Marques | 99312-6009 (71) 99138-9068 |
| REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO | | | |
| 15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min) | 1ª PJ de Paranaíba | Juliana Nonato | 98478-2419 |
| 22 (19h01min) a 29.1.2024 (11h59min) | 2ª PJ de Paranaíba | Ronaldo Vieira Francisco | 98478-2379 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 122/2024-PGJ, DE 11.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

| PERÍODO | PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122) |
|--------------------------------------|--|
| 15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min) | Marcos Fernandes Sisti |
| 19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min) | Olavo Monteiro Mascarenhas |

- passe a constar:

| PERÍODO | PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122) |
|--------------------------------------|--|
| 15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min) | Olavo Monteiro Mascarenhas |
| 19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min) | Marcos Fernandes Sisti |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6644/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 8.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011177-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6643/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 11 a 30.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011176-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 123/2024-PGJ, DE 11.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 5510/2023-PGJ, de 9.10.2023, que concedeu à Promotora de Justiça Janeli Basso 2 (dois) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos nos dias 15 e 16.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 124/2024-PGJ, DE 11.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6721/2023-PGJ, de 6.12.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes 1 (um) dia de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão do recesso forense, que seria usufruído no dia 9.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 125/2024-PGJ, DE 11.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6722/2023-PGJ, de 6.12.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes 2 (dois) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos dias 15 e 16.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6642/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 1º.2 a 1º.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011173-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6641/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011172-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6637/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 1º a 20.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011138-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 116/2024-PGJ, DE 11.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídos no período de 22 a 26.1.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 117/2024-PGJ, DE 11.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 3 (três) dias de folga compensatória no período de 29 a 31.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 120/2024-PGJ, DE 11.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 4 e 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6635/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011136-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6633/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 10.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011134-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 119/2024-PGJ, DE 11.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 4 a 8.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 118/2024-PGJ, DE 11.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 3 (três) dias de folga compensatória no período de 7 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e na fiscalização das provas escritas de Concursos Públicos de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 128/2024-PGJ, DE 12.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 2066/2023-PGJ, de 27.4.2023, que designou o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para coadjuvar a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 173/2024-PGJ, DE 15.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 3, Assep 3, a partir de 16.1.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 29/2024-PGJ, de 8.1.2024, que designou a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 145/2024-PGJ, DE 15.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 17.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 146/2024-PGJ, DE 15.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Sonora no julgamento dos Autos nº 0000089-23.2015.8.12.0055, no dia 25.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 148/2024-PGJ, DE 15.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Corumbá nos dias 16 e 17.1.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 171/2024-PGJ, DE 15.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos dos artigos 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; e 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

| SERVIDOR(A) | QUINQUÊNIO | A PARTIR DE |
|----------------------------------|------------|-------------|
| Liza Lacerda de Barros | 4º | 9.12.2023 |
| Marivalma Amâncio de Lima Suzuki | 5º | 15.12.2023 |
| Natascha Junko Sakamoto Costa | 4º | 27.12.2023 |

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 19/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Paulo Henrique Moraes Grande por meio da Portaria nº e-921/2023-PGJ, de 2.8.2023, de forma que, onde consta: “de 20.11 a 19.12.2023”, passe a constar: “de 1º a 30.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 20/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.11.2023, as férias do servidor Lucas Fernandes Nogueira Brandolis concedidas por meio da Portaria nº e-913/2023-PGJ, de 2.8.2023, com redação dada pela Portaria nº 6209/2023-PGJ, de 17.11.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 9.2.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 21/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 23.9 a 2.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018; 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004; e 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 22/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, no dia 29.11.2023, as férias da servidora Fabiola Márcia Shimabukuro Ninno concedidas por meio da Portaria nº e-294/2023-PGJ, de 24.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no dia 2.2.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 23/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves por meio da Portaria nº e-1080/2022-PGJ, de 16.9.2022, com suas modificações, que seriam usufruídas no período de 15 a 23.2.2024, a serem usufruídas no período de 6 a 14.5.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 24/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves por meio da Portaria nº 4917/2023-PGJ, de 15.9.2023, de forma que, onde consta: “de 17 a 26.6.2024”, passe a constar: “de 15 a 24.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 25/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini por meio da Portaria nº e-1402/2023-PGJ, de 7.11.2023, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.12.2023, a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 26/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Jackeline Nunes Lechuga por meio da Portaria nº e-1416/2022-PGJ, de 11.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 5570/2023-PGJ, de 16.10.2023, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.1.2024, a serem usufruídas no período de 15 a 24.2.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 27/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1170/2023-PGJ, de 17.10.2023, na parte que concedeu à servidora Isabela Castro Almeida a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.1.2024”, passe a constar: “de 29.1 a 7.2.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 28/2024-PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes à servidora Letícia da Silva Assunção, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídas nos dias 11 e 12.1.2024, nos termos dos artigos 1º e 6º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 30/2024-PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Flavia Alessandra de Freitas Magalhães por meio da Portaria nº e-249/2023-PGJ, de 8.3.2023, com redação dada pela Portaria nº 5569/2023-PGJ, de 16.10.2023, de forma que, onde consta: “de 22 a 31.1.2024”, passe a constar: “de 22.4 a 1º.5.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 56/2024-PGJ, DE 9.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Priscilla Caroline Muta por meio da Portaria nº e-946/2022-PGJ, de 8.8.2022, com redação dada pela Portaria nº 4160/2023-PGJ, de 31.7.2023, de forma que, onde consta: “de 26.2 a 6.3.2024”, passe a constar: “de 1º a 10.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 60/2024-PGJ, DE 10.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Sherilyn Marjoe Ferriol de Andrade Moura por meio da Portaria nº e-365/2023-PGJ, de 10.4.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “de 4 a 13.3.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 61/2024-PGJ, DE 10.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Eloina Caceres da Cruz por meio da Portaria nº e-15/2024-PGJ, de 10.1.2024, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas no período de 10 a 29.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 62/2024-PGJ, DE 10.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Cristina Castilho Akatsuka por meio da Portaria nº e-1150/2022-PGJ, de 7.10.202, com redação dada pela Portaria nº 5559/2023-PGJ, de 16.10.2023, de forma que, onde consta: “de 8 a 17.7.2024”, passe a constar: “de 22 a 31.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-24/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1094/2023-PGJ, de 22.9.2023, que concedeu férias ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas no período de 8 a 17.7.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas no período de 1º a 10.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-25/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jean Augusto Fialho Ajala, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 29.4 a 8.5.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-26/2024/PGJ, DE 16.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Paola Reginato Pereira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.3 a 6.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-27/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-342/2023-PGJ, de 31.3.2023, que concedeu férias ao servidor Felipe Aquino Paz Saccenti, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-28/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-952/2023-PGJ, de 8.8.2023, que concedeu férias à servidora Simeia Fernanda da Silva Taveira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.3.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-29/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-345/2023-PGJ, de 3.4.2023, que concedeu férias à servidora Erika Maranhao de Castro, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 30.9 a 9.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-30/2024/PGJ, DE 16.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-16/2024-PGJ, de 10.1.2024, que concedeu férias à servidora Danielle Yukari Kato Colman, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.9.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-31/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-831/2023-PGJ, de 6.7.2023, que concedeu férias ao servidor Anderson Miranda, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.3.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.4.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-32/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Saulo Giulhiano Ricaldes Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-33/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Danilva Ferreira Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024, de 3 a 12.6.2024 e de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-34/2024/PGJ, DE 16.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1/2024-PGJ, de 4.1.2024, que concedeu férias à servidora Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.3.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.3.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-35/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-904/2023-PGJ, de 2.8.2023, que concedeu férias ao servidor Flavio Sobreira Aquino, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.3.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-36/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Bruno Zanatto Macedo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024, de 27.8 a 5.9.2024 e de 29.10 a 7.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-37/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-764/2023-PGJ, de 28.6.2023, que concedeu férias à servidora Larissa Gomes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 22 a 31.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 26.2 a 6.3.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-38/2024/PGJ, DE 16.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Lucas Moraes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.3.2024 e de 26.8 a 4.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-39/2024/PGJ, DE 16.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1132/2023-PGJ, de 5.10.2023, que concedeu férias à servidora Thais de Oliveira Carvalho, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 27.8 a 5.9.2024", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.3.2024 e de 5 a 14.8.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00010480-2

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- MSMT – UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, representado por seu Magnífico Reitor **José Marinoni**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 74, Inciso III, alíneas "a", "b" e "f", da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços exclusivos que envolvam apoio técnico, o apoio em informações e o apoio em pesquisa, especialmente concernentes à pesquisa técnica e científica na área ambiental, em auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 1.983.615,65 (um milhão novecentos e oitenta e três mil seiscentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000431, de 27.12.2023.

Vigência: 10.01.2024 a 10.01.2027.

Data de assinatura: 10 de janeiro de 2024.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00007288-1

Notificada: Rednov Ferramentas Ltda

REDNOV FERRAMENTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 45.769.285/0001-68, sediada na Rua Berta Mette, nº 149, no Bairro Itoupavazinha, CEP: 89.066-530, na cidade de Blumenau/SC, representada neste ato por Lenilso Luís da Silva, portador do RG e CPF nº 049.xxx.xxx-89, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue no prazo devido, com fulcro no item 9.1.2 da Cláusula Nona da ARP nº 008/PGJ/2023. A multa corresponde ao valor total de R\$ 801,87 (oitocentos e um reais e oitenta e sete centavos). A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 2/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00012455-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande - MS.

Objeto: Acompanhar as providências a serem adotadas pelo Município de Campo Grande, com base no poder de polícia, para exigir a regularização da questão sanitária no bairro Vila Nova Campo Grande.

Campo Grande, 15 de Janeiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 3/2024.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00012701-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hotéis W. Dias Ltda.

Objeto: Acompanhar a solicitação de Processo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos n. 0003222/2023.

Campo Grande, 15 de Janeiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924802-24.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) L.S.O² e vítima(s) P.R.L, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 16 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924971-11.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.S.V⁴ e vítima(s) D.C.D, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 16 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

A 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmada nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001903-7, em defesa das pessoas com deficiência, na data de 7 de dezembro de 2023, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissário o Município de Campo Grande.

Objeto do TAC: a) finalizar a conclusão das obras e adequações necessárias nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos visando atender integralmente as normas de acessibilidade nas unidades de saúde relacionadas a seguir, no prazo de 10 meses: 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001903-7 – UBSF Jardim Marabá; 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001908-1 – UBSF José Abrão; 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001911-5 – UBSF Dra. Alda Garcia de Oliveira (Azaléia); 4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001961-5 – UBSF Três Barras; 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001963-7 – UBS rural Anhanduí; e 6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001964-8 – UBSF Rochedinho; b) concluir o andamento das obras e adequações necessárias nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos visando atender integralmente as normas de acessibilidade nas unidades de saúde relacionadas a seguir, no prazo de 01 ano e 10 meses: 1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000874-8 – USF Vila Cox; e 2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001354-0 – UBS Lar do Trabalhador; c) iniciar e concluir as obras e adequações necessárias nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos visando atender integralmente as normas de acessibilidade nas unidades de saúde relacionadas a seguir, no prazo de 02 anos: 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001910-4 – UBSF Maria Aparecida Pedrossian (MAPE); 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001719-8 – UBSF Los Angeles; 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001352-9 – UBS Vila Popular; e 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001353-0 – UBS Estrela do Sul; d) captar recursos, licitar e executar a construção de nova unidade de

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



saúde, com a realização das obras e adequações necessárias nas edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos visando atender integralmente as normas de acessibilidade nas unidades de saúde abaixo relacionadas, no prazo de 01 ano para captação de recurso e, após, 05 anos para licitação, execução e colocar em operação a unidade: 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001962-6 – UBSF – São Francisco; 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001965-9 – UBSF São Benedito; e 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000219-4 – CAPS Afrodite III; e) realizar a manutenção periódica e refazimento das marcações e sinalizações instaladas nos pisos das unidades de saúde acima citadas, com periodicidade mínima de 01 (uma) vez a cada ano; f) remeter a esta Promotoria de Justiça relatório circunstanciado contendo a comprovação de conclusão das obras, adequação das unidades de saúde às normas de acessibilidade e cumprimento das obrigações assumidas, em até 30 (trinta) dias após o vencimento do termo final dos prazos acima estabelecidos, para fins de fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta.

Campo Grande, 8 de janeiro de 2024.

PAULO CÉSAR ZENI
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BANDEIRANTES

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N. 0001/2024/PJ/BND

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00000722-0

PARTES

COMPROMITENTE: O Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Bandeirantes/MS – Dr. Gustavo Henrique Bertocco de Souza.

COMPROMISSÁRIOS: Tomas Junqueira de Camargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 290.156.208-65, residente e domiciliado na Rua Antônio de Gouveia Giudice, n.º 156, Altos Pinheiros, em São Paulo/SP; Rita Junqueira de Camargo, brasileira, casada, inscrita no CPF n.º 291.462.288-02, residente e domiciliada na Rua Manoel Guedes, n.º 385, apto 141, Itaim Bibi, São Paulo/SP e Lia Junqueira de Camargo, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 291.418.828-57, residente e domiciliada na Rua Ourânia, nº 101, apto 71, Vila Madalena, São Paulo/SP.

DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

Fazenda Rapadura – Gleba A e B, localizada no município de Bandeirantes/MS, composta pelas matrículas n. 22.522 e n. 22.523 respectivamente, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes/MS, Cadastro Ambiental Rural n. 5578, totalizando aproximadamente a área de 653,7413 hectares. Coordenadas geográfica do dano: 19°46'49.89" S 54°06'40.92" O, totalizando 50 hectares.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES

As constantes do TAC.

Bandeirantes, 14.1.2024.

Assinam:

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA
Promotor de Justiça

Tomas Junqueira de Camargo
Compromissário

Rita Junqueira de Camargo
Compromissário

Lia Junqueira de Camargo
Compromissário



CORUMBÁ

EDITAL 0003/2024/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00000453-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições 09.2024.00000453-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as condições do Estádio Arthur Marinho, da cidade de Corumbá/MS, para sediar jogos do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2024;

Corumbá/MS, 15 de janeiro de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 0001/2024/01PJ/KCA

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do Inquérito Civil – IC n. 06.2024.00000040-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho n. 204, Bairro Santos Dumont, prédio do Ministério Público Estadual em Costa Rica/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000040-2

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requeridos: FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DE MATO GROSSO DO SUL

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho - "Laertão", localizado no Município de Costa Rica/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Série A – Edição 2024.

Costa Rica, 15 de janeiro de 2024.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL Nº 02/2024/03PJ/NA

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina-MS, com atuação no Controle Externo da Atividade Policial, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000243-3, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na São José, nº 564, Centro, em Nova Andradina-MS telefone (67) 2020-9362/2020-9363.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000243-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas e inspeções do controle externo da atividade policial, exercício 2024, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Nova Andradina-MS, 09 de janeiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**SÃO GABRIEL DO OESTE**

EDITAL N.º 0036/2023/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000721-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Colonial Abates Ltda.

Assunto: Apurar o abate de suínos sem a devida licença ambiental no empreendimento denominado Colonial Abates Ltda.

São Gabriel do Oeste, MS, 13 de dezembro de 2023.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça